

UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO – UERJ
DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA - DAF
COORDENADORIA TÉCNICA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

Referência: Petição impugnatória cumulado com pedido de esclarecimento

BREF Gestão Empresarial Eireli, situada na Estrada da Conceição 834, Mutuaguaçu, São Gonçalo, Rio de Janeiro, devidamente inscrito sob o CNPJ nº 20.839.900/0001-34, vem respeitosamente através do preposto Felipe Estevão Rocha Brito, interpor nos termos abaixo aduzidos:

Impugnação do Instrumento convocatório nº 111/20

1. Trata-se de pregão com objeto O OBJETO À CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE HIGIENIZAÇÃO DE ROUPAS HOSPITALARES PROCESSADAS, COMPREENDENDO: **A COLETA, LAVAGEM, DESINFECÇÃO E A DEVOLUÇÃO(ENTREGA) DE ROUPAS NO COMPLEXO HUPE E PPC**, CONFORME ESPECIFICAÇÃO DETALHADA NO PROJETO BÁSICO - ANEXO 1.

2. Da tempestividade nos termos do item 1.6 Os interessados poderão formular impugnações ao Edital em até 2 (dois) dias úteis anteriores à abertura da sessão, através do e-mail: licitacao@daf.uerj.br, portanto tempestivo o pedido, uma vez que estão presentes os requisitos de admissibilidade e tempestividade previstos no Edital da licitação e na legislação pertinente. Dessa forma o Decreto 5.450/05, em seu art. 18, dispõe: até dois dias úteis antes da data fixada para abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá impugnar o ato convocatório do pregão, na forma eletrônica.

1.6 Os interessados poderão formular impugnações ao Edital em até 2 (dois) dias úteis anteriores à abertura da sessão, através do e-mail: licitacao@daf.uerj.br.

1.6.1 Caberá ao Ordenador de despesa decidir sobre a impugnação no prazo de até vinte e quatro horas.

1.7 Tanto a resposta às impugnações quanto aos pedidos de esclarecimento serão divulgados mediante nota no endereço eletrônico www.compras.rj.gov.br através do PE nº. 111/20 na parte relacionada a futuras licitações, ficando as empresas interessadas obrigadas a acessá-lo para a obtenção das informações prestadas.

3. Verifica-se que o prazo de execução dos serviços nos termos do item 1.3 do termo de referência é de quarenta e oito meses em contrapartida a exigência do item 12.4.3 do instrumento convocatório demonstra demasiadamente restritivo ao caráter competitivo pela exigência de 10% do patrimônio líquido do valor estimado da contratação, ou seja, contemplando 4 anos de contrato em contramão ao patrimônio líquido do balanço patrimonial que contempla um período de 12 meses.

1.3. PRAZO DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS: 48 (quarenta e oito) meses, contados da data de autorização do início dos serviços.

12.4.3 Além da documentação exigida nos incisos I e II, da Lei 8666/93, os licitantes deverão comprovar um patrimônio líquido no valor de, no mínimo, 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação, devendo a comprovação ser feita relativamente à data da apresentação da proposta, na forma da lei, admitida a atualização para esta data através de índices oficiais.

4. Isso porque ofendem frontalmente princípios e diretrizes legais trazidas pela Lei de Licitações e Contratos administrativos. Depreende-se dos excertos, que o Instrumento Convocatório estabelece como critério de qualificação econômico-financeira que as empresas licitantes apresentem comprovação de patrimônio líquido de 10% do valor estimado para contratação, ou seja, do valor total do contrato firmado com a Administração Pública.

5. Impende ressaltar ainda, que o valor da proposta a ser contrata corresponde a 04 anos, ou seja 48 meses, sendo objeto das referidas qualificações o último balanço exigível, onde este na realidade retrata apenas um exercício, ou seja, apenas 12 meses e não 48 meses, de sorte que resta prejudicada e incompatível a exigência imposta pela impugnada. Com a devida vênia, a ora impugnante entende que a inserção de tais critérios dentre as exigências do certame restringe e frustra o caráter competitivo da licitação.

6. Por não ser esta exigência editalícia essencial na comprovação da capacidade da empresa de executar o objeto licitado, tudo nos termos do que a seguir se expõe: DO DIREITO Ab initio, conforme se extrai do entendimento do TCU, é indiscutível que se tome por base apenas sobre o valor estimado para o período de 12 (doze) meses: “Incidência do valor de capital social mínimo ou patrimônio líquido mínimo, exigido como requisito de qualificação econômico-financeira, sobre o valor estimado do contrato para

o período de doze meses Representação formulada ao TCU indicou possíveis irregularidades no Pregão Eletrônico n.º 26/2010, promovido pela Empresa de Tecnologia e Informações da Previdência Social (Dataprev), com vistas à contratação de empresa para o fornecimento de auxílio alimentação, via cartão magnético. A Dataprev foi chamada aos autos para se manifestar sobre a “exigência de capital social mínimo ou patrimônio líquido mínimo equivalente a 10% do período total da contratação (36 meses), o que corresponde a 30% do valor anual do contrato”. Após examinar as informações prestadas, a unidade técnica concluiu que, “não obstante a fixação do prazo inicial de vigência, 36 meses, ser aceito pela jurisprudência deste Tribunal, e a exigência do patrimônio líquido ter recaído sobre a projeção do valor estimado para esse período, resta [...] a justificativa para a limitação da garantia em patamares próximos aos 10%, posto que a Lei de Licitações permite margem entre 0,1 a 10%, conforme § 3º do art. 31. Essa decisão, ainda que buscando maiores garantias à execução contratual, acabou por privilegiar a participação apenas de empresas de grande porte, no ramo de negócio em tela, possuidoras de grande capital social [...], caracterizando desrespeito ao princípios da isonomia e da razoabilidade.”. Em consequência, a unidade técnica propôs determinar-se à entidade a republicação do edital do pregão, devidamente corrigido. Embora concordando com a análise da unidade técnica, o relator não considerou que as exigências “tenham afetado a economicidade do certame, que contou com a participação de quatro licitantes e ampla disputa (71 lances ao todo)”. Revelava-se, portanto, a seu ver, “contrário ao interesse público o retorno do procedimento ao seu início, seja porque a natureza essencial dos serviços contratados (vale alimentação) pode forçar a entidade a realizar contratação emergencial a preços majorados, seja porque não há indício de que a licitação teria resultado diverso caso alterados os dispositivos impugnados”. **Ao final, o relator propôs e o Plenário decidiu determinar à Dataprev que, em suas futuras licitações, “faça incidir o valor de capital social mínimo ou patrimônio líquido mínimo, exigido como requisito de qualificação econômico-financeira, sobre o valor estimado para o período de 12 (doze) meses, mesmo quando o prazo do contrato for superior a este período”. Acórdão n.º 1335/2010-Plenário, TC-011.225/2010-6, rel. Min. José Múcio Monteiro, 09.06.2010.”**

7. Nessa senda, é imperioso que se faça incidir o valor de capital social mínimo ou patrimônio líquido mínimo, exigido como requisito de qualificação econômico-financeira, sobre o valor estimado para o período de 12 (doze)

meses, uma vez que o prazo do contrato é superior a este período, bem como, a qualificação econômico-financeira que é objeto de aferição compreende um exercício (12 meses), não quatro exercícios (48 meses). Tal disciplina da Lei nº. 8.666/93 refere que toda licitação deverá resguardar o interesse público, utilizando-se, para tanto, a garantia da participação total, ampla e irrestrita das pessoas que se fizerem interessadas. Isso quer dizer ressalvado interesse na preservação do erário público, a licitação deve ser conduzida de modo a ampliar a participação do particular, oportunizando de forma igualitária que aqueles detentores de capacitação elementar à execução do objeto licitado, possam concorrer para a satisfação daquele interesse público.

8. Conforme previsto em nossa Lei de Licitações: “Art. 3º A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, a seleção da proposta mais vantajosa para a administração e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos. (Redação dada pela Lei nº 12.349, de 2010) §1º É vedado aos agentes públicos: I - admitir, prever, incluir ou tolerar, nos atos de convocação, cláusulas ou condições que comprometam, restrinjam ou frustrem o seu caráter competitivo, inclusive nos casos de sociedades cooperativas, e estabeleçam preferências ou distinções em razão da naturalidade, da sede ou domicílio dos licitantes ou de qualquer outra circunstância impertinente ou irrelevante para o específico objeto do contrato, ressalvado o disposto nos 84 50 a 12 deste artigo e no art. 30 da Lei no 8.248, de 23 de outubro de 1991; (Redação dada pela Lei nº 12.349, de 2010)” .

9. O processo licitatório, que visa ampliar a concorrência, deve ser singelo em suas exigências de habilitação, conforme defende Ceiso Antonio Bandeira de Mello: Descabimento de rigorismos inúteis na habilitação “Na fase de habilitação a promotora do certame deve se abster de exigências ou rigorismos inúteis. Isto bem se entende à vista das considerações enunciadas em acórdão que, no dizer do eminente Adílson Dallari, já se tornou clássico: “Visa a concorrência pública fazer com que o maior número de licitantes se habilitem para o objetivo de facilitar aos órgãos públicos a obtenção das coisas e serviços mais convenientes a seus interesses.

10. Em razão deste escopo, exigências demasiadas e rigorismos inconsistentes com a boa exegese da lei deve ser arredados. Não deve haver nos trabalhos nenhum rigorismo e na primeira fase da habilitação deve ser de absoluta singeleza o processo licitatório. (MELLO, Celso Antonio Bandeira de. Curso de direito administrativo. 27. ed. São Paulo: Malheiros, 2010. p. 595.)”.

11. A Administração dispõe de discricionariedade como instrumento de satisfação adequada a um certo interesse, mas deve utilizá-la dentro de certos parâmetros, fora dos quais se transformarão em ilegitimidade (BANDEIRA DE MELLO. Licitação). (Apelação Mandado de Segurança 101.692 — PE (3498344), DJ de 28/6/84).” Verifica-se a desconconsideração do princípio da razoabilidade, da legalidade e da isonomia, uma vez que não há fundamento explícito que justifique a adoção de relação do Patrimônio Líquido da forma solicitada no Item ora impugnado do processo em tela.

12. Dado exposto se requer a impugnação do edital nos termos aduzidos em vista aos princípios da legalidade e ampla concorrência norteadores do ordenamento jurídico com base da não consonância e harmonia do item 12.4.3 com a legislação, assim rogamos a alteração da qualificação econômico-financeira que é objeto de aferição compreendendo um exercício (12 meses), não quatro exercícios (48 meses) para comprovação de 10% do PL., evitando o cerceamento da participação de micro empresas e empresas de pequeno porte, evitando a judicialização do processo administrativo que acarretaria na procrastinação do certame ciente de que o objeto não possui respaldo contratual.

Rio de Janeiro, 29 de Abril de 2020.

**BREF Gestão Empresarial Eireli.
Felipe Estevão R. Brito**